

## UMA PROPOSTA PARA COMPREENSÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

*A PROPOSAL FOR UNDERSTANDING THE POLICY REPRESENTATION OF LOCAL  
PRODUCTIVE ARRANGEMENTS*

Cecilia Alves da Silva ANTERO  
Universidade Federal de Viçosa  
[cecilia.antero@yahoo.com.br](mailto:cecilia.antero@yahoo.com.br)

Magnus Luiz EMMENDOERFER  
Universidade Federal de Viçosa  
[magnus@ufv.br](mailto:magnus@ufv.br)

ValdirRoque DALLABRIDA  
Universidade do Contestado  
[valdirdallabrida@gmail.com](mailto:valdirdallabrida@gmail.com)

Artigo recebido em 01/2020 – Aprovado em 06/2020

### Resumo

Resumo: O objetivo foi compreender a representação política dos arranjos produtivos locais (APLs). Realizou-se uma revisão sistemática integrativa, nas bases de dados BDTD, SCIELO, SPELL, Scopus e WOS. Empregou-se a análise de conteúdo com suporte do software IRaMuTeq® por meio de Análises Estatísticas e Classificação Hierárquica Descendente (CHD). A principal contribuição deste estudo para o campo da pesquisa científica em APLs foi identificar uma abordagem teórica adequada para discutir o processo de representação política, em que pese a relação entre representante e representado, tendo em vista o papel dos atores responsáveis pela representação do APL cuja principal responsabilidade está relacionada à implementação de ações que tenham impacto na melhoria dos indicadores socioeconômicos da área de abrangência do APL.

**Palavras-chave:** Arranjos Produtivos Locais. Representação. Representação Política. Desenvolvimento.

<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea>

**ABSTRACT**

*The quality of life at work suggests a balanced environment between personal and professional aspirations, performance, the institution's demands and interpersonal relationships, focusing on the employee and the organizational organization. Although the presence of quality of life actions that contemplate an institution in general is necessary, an analysis of environmental, organizational and behavioral factors of each organization unit is indispensable, due to several related activities. In this context, the present article seeks to diagnose the satisfaction of the servers of the Central Library of the Federal University of Alagoas, in relation to actions aimed at quality of life. The study is presented as exploratory and descriptive, with bibliographic and documentary analysis. To collect elaborated data, a structured questionnaire using the model proposed by Freitas & Souza (2009). Finally, a proposal for actions to improve the quality of life in the aforementioned library.*

**KEYWORDS:** *Quality of life at work. Quality of Life at Work Programs. Federal University of Alagoas. Quality of life in the federal public service. University libraries*

## INTRODUÇÃO

As aglomerações de empresas têm sido objeto de análise a partir de diferentes óticas, com destaque a suas contribuições para o desenvolvimento. As diferentes denominações que essas aglomerações recebem podem ser creditadas ao tipo de investigação e, especialmente, ao contexto de realização da pesquisa, como distrito industrial inglês (MARSHALL, 1982), distrito industrial italiano (BECATTINI, 1994), *cluster* (PORTER, 1988; SCHMITZ, 1997) e *milieux innovateur* francês (AYDALOT, 1986).

No Brasil, as aglomerações de empresas são identificadas como arranjos produtivos locais (APLs) (LASTRES; CASSIOLATO, 2003) e Sistemas Locais de Produção e Inovação (SLPI) (SUZIGAN *et al.*, 2003). Parte-se do entendimento de Lastres e Cassiolato (2003) para definir que os APLs são aglomerações territoriais de atores econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que apresentam vínculos, mesmo que incipientes.

As contribuições para o desenvolvimento das empresas podem ser justificadas por sua presença no APL, pois essas empresas obtêm benefícios relativos à especialização produtiva, à articulação, à interação, à aprendizagem (SACOMANO NETO; PAULILLO, 2012), cooperação que gera sinergia para obtenção de vantagens competitivas (AZEVEDO FILHO; RIBEIRO, 2011) e o compartilhamento de conhecimento que proporciona inovação (ALMEIDA; ALBINO, 2011).

Da mesma forma, pode-se destacar que os APLs influenciam o desenvolvimento de seu território (DALLABRIDA, 2015), uma vez que além de proporcionar às empresas maiores chances de sobrevivência, também são mecanismos indutores de desenvolvimento pela elevação do número de emprego e renda (AZEVEDO FILHO; RIBEIRO, 2011). Somado a isso, os APLs também são considerados uma estratégia de atuação coletiva das empresas, implicando no aumento da exportação, do desenvolvimento tecnológico e da obtenção do apoio de diversas entidades (SANTOS; CÂNDIDO, 2013).

O reconhecimento das contribuições dos APLs para o desenvolvimento é feito tanto por acadêmicos como por formuladores de políticas públicas (BRASIL, 2004; CASTRO; GONÇALVES, 2014; TEIXEIRA, 2008). Ambos, além das contribuições, destacam que em função de desafios inerentes aos APLs, como cooperação incipiente (SANTOS; CÂNDIDO, 2013), vínculos frágeis (BATISTI; TATSCH, 2012), participação incipiente das empresas nas decisões (CAMPOS *et al.*, 2009), falta de comprometimento (AZEVEDO FILHO; RIBEIRO, 2011), desconfiança (VILLELA; PINTO, 2009), falta de interação (ALMEIDA; ALBINO, 2010) e conflitos de interesses individuais sobre os coletivos (ALVES *et al.*, 2012), há a necessidade de identificar alternativas para otimizar a organização e condução de ações em prol do desenvolvimento.

Assim, desenvolver políticas públicas para apoiar o desenvolvimento dos APLs tornou-se uma alternativa para otimizar a atuação do governo, pois ao fomentar o desenvolvimento dos APLs, esse governo tende a promover o desenvolvimento de seu território (BRASIL, 2004).

Entretanto, sobre tais políticas, é mister mencionar que apesar dos efeitos e impactos positivos no desenvolvimento dos municípios pertencentes a APLs melhores resultados

podem ser obtidos ao envolver os atores do APLs na fase de elaboração, principalmente.

Pretende-se contribuir com o campo de estudos sobre a temática ao oferecer entendimentos sobre a representação dos APLs, utilizando-se da Teoria da Representação Política. Assume-se como objetivo, compreender a representação política de APLs.

Entende-se que com a realização desse estudo serão ofertados entendimentos sobre representação política dos APLs, o que consiste numa contribuição teórica e prática, pois além de somar esforços aos estudos já desenvolvidos sobre as novas modalidades de representação para além do contexto eleitoral, serão oferecidos entendimentos sobre possibilidades para que o exercício dessa representação seja aprimorando e possa contribuir para o desenvolvimento do APL, tendo em vista o aperfeiçoamento das relações entre a Estado e esse tipo de aglomeração de empresas quando considera-se, principalmente, a elaboração e o desenvolvimento de políticas públicas.

### **COMPREENDENDO A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**

Representar é um processo político (ROSANVALLON, 2009;SAWARD, 2009;URBINATI, 2006). A representação política é um termo complexo e polissêmico. As diferentes definições são influenciadas por tais características e percebe-se uma variedade de posicionamentos dentre os autores que estudam a temática(ALMEIDA, 2013).

Nas últimas décadas, o conceito de representação política ganhou centralidade na teoria política em função das transformações nas relações entre Estado e sociedade. As discussões sobre a temática podem ser organizadas em dois grandes debates: o tradicional, estudos sobre partidos, parlamentos e eleições; e o contemporâneo, estudos sobre as diferentes perspectivas para tratar das transformações da representação política tanto do ponto de vista das instituições tradicionais quanto das novas instituições e práticas dessa representação.

Ao considerar os temas analisados, percebe-se que apesar do grande número de estudos sobre governo representativo e lógica da representação nas esferas do Estado, alguns esforços vêm sendo feitos para abordar sobre (i) o papel representativo dos atores sociais (AVRITZER, 2007;SAWARD, 2009;URBINATI; WARREN, 2008); (ii) as experiências de inovação institucional para a participação no desenho e na gestão de políticas (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006; LÜCHMANN, 2007) e (iii) os adjetivos usados para denotar diferentes aspectos e dimensões da representação política (DRYZEK; NIEMEYER, 2008;MANSBRIDGE, 2003).

Com a leitura desses estudos foi possível perceber a existência de gaps nas discussões sobre representação política, a saber: (i) teorias que possibilitem a discussão sobre representação política não eleitoral; (ii) análise sistemática sobre as diferentes possibilidades de representação política no contexto nacional e internacional; (iii) relações entre os representados, entre os representantes, e entre representantes e representados; (iv) papel do representado e (v) substância da representação, para citar alguns.

Apesar dos gaps identificados, alguns estudos podem ser indicados em função de suas contribuições para uma temática específica na representação política, quais sejam: discussões sobre a definição da representação e sua legitimidade (ALMEIDA, 2014), o sentido da representação política (SOUZA, 2004), uma sumarização dos estudos sobre representação política das instituições participativas (SILVA, 2013), conhecer os elementos centrais da representação política (ALMEIDA, 2018) e as principais conceituações sobre representação política na literatura recente (TEIXEIRA, 2016).

A representação política pode ser classificada a partir de duas dimensões: representação política eleitoral e representação política não eleitoral, sendo que a primeira se insere no modelo formalista de representação, e a segunda, não; por esse motivo, permite envolver as modalidades de representação política que ocorrem para além do contexto eleitoral.

Sobre os componentes da representação política, entende-se que eles podem ser organizados a partir de (i) elementos principais: autorização, accountability e responsividade e (ii) elementos secundários: representado, representante, ação política, substância da representação, locus da representação, relação entre representados, relação entre representantes, relação entre representantes e representados, tipos de representação.

Sabe-se que as discussões sobre autorização têm como fonte principal a obra de Hobbes. Para esse autor, a autorização consiste em instituir o direito de representar a um determinado ator. Outra autora considerada referência nos debates é Pitkin (1967), que em seu principal livro sobre representação afirma que um representante é alguém que recebe autorização para agir por outro, quem fica então vinculado pela ação do representante como se tivesse sido a sua própria. Ainda pode-se citar o estudo de Manin (1997) como uma obra basilar da representação, no contexto do governo representativo. Esse autor, assim como Hobbes (1983[1651]), entende que autorização implica em dar consentimento a outrem para atuar em seu nome.

Há um consenso quanto ao entendimento de que há a necessidade de obtenção da autorização para o efetivo exercício da representação política. Essa obtenção ocorre no momento de identificação dos representantes (MIGUEL, 2003; URBINATI; WARREN, 2008). Sobre a aplicação da autorização, apesar de reconhecer sua importância no processo de representação política, sabe-se que há a necessidade de envolver outros elementos para compreender adequadamente esse fenômeno (URBINATI, 2006; YOUNG, 2000).

Importante destacar que no modelo eleitoral, a autorização é obtida por meio da eleição. Porém, no modelo não eleitoral, os representantes não estão isentos de buscar a autorização de seus representados (ALMEIDA, 2013). A associação (entrada como sócio) (CASTIGLIONE; WARREN, 2006), auto autorização (LUCHMAN, 2011; URBINATI; WARREN, 2008), autorização do Estado (BROWN, 2006), semelhança com características dos membros (CASTIGLIONE; WARREN, 2006), convergência com a missão (CASTIGLIONE; WARREN, 2006), são as diferentes formas de obter autorização aqui destacadas.

As discussões sobre accountability tornaram-se expressivas em função da ausência de similaridade entre representantes e representados (MIGUEL, 2011).

Para O'Donnell (1991) o entendimento de accountability gira em torno da responsabilidade que o representante tem de prestar contas de suas ações e decisões aos representados. Já Raupp e Pinho (2011) dizem que para compreender a accountability deve-se considerar a existência de uma relação entre o Estado e a sociedade, especificamente entre os constituintes (representados) e governantes (representantes), a delegação de responsabilidade, a obrigação de prestação de contas e o exercício do controle político.

Manin (1997) destaca que accountability trata-se de procedimentos de prestação de contas, de sanção e controle, exercidos pela população sobre as decisões de seus governantes. Para Przeworski, Stokes e Manin (1999) accountability refere-se à prestação de contas e sanção. E, segundo Miguel (2005), o termo faz referência às capacidades que os constituintes (representados) têm de supervisionar e impor sanções aos seus governantes (representantes).

Os elementos utilizados para compreender a accountability são prestação de contas (CASTIGLIONE; WARREN, 2006; MANIN, 1997; MIGUEL, 2005; PRZEWORSKI, STOKES; MANIN, 1999; RAUPP; PINHO, 2011), controle (FILGUEIRAS, 2011; LAVALLE, HOUTZAGER; CASTELLO, 2006; MANIN, 1997; RAUPP; PINHO, 2011) e sanção (LAVALLE, HOUTZAGER; CASTELLO, 2006; MANIN, 1997; MANSBRIDGE, 2003; MIGUEL, 2005; PRZEWORSKI, STOKES; MANIN, 1999; WEISBAND; EBRAHIM, 2007).

E ainda answerability (CALLAHAN, 2006); compliance (WEISBAND; EBRAHIM, 2007), comunicação (MIGUEL, 2005), participação (RAUPP; PINHO, 2011), publicidade (DRYZEK; NIEMEYER, 2008) e transparência (RAUPP; PINHO, 2011).

E a responsividade se refere ao grau de sensibilidade dos representantes em relação à vontade dos representados, podendo também ser compreendida como a “disposição dos governos de adotarem as políticas preferidas por seus governados” (MIGUEL, 2005, p. 28). Achen (1978) afirma que a responsividade ocorre quando as decisões dos cidadãos influenciam as ações dos representantes.

Powell (2004) acredita que a responsividade ocorre quando os governantes (representantes) elaboram e implementam políticas públicas que os cidadãos (representados) desejam. A existência de responsividade é condicionada pela presença de arranjos institucionalizados e, acima de tudo as eleições, conectando representantes e representados. Page e Shapiro (1983), por sua vez, entendem que a responsividade refere-se à correspondência entre as preferências e o comportamento de políticos e eleitores.

As subcategorias utilizadas para compreender a responsividade são: a opinião pública, que corresponde às demandas e preferências dos constituintes (cidadãos ou representados); e os dados de política, que correspondem ao resultado das ações e decisões dos representantes, dito de outra forma, são as políticas públicas implementadas (ACHEN; 1978; PAGE; SHAPIRO, 1983; OTERO-FELIPE; RODRÍGUEZ-ZEPEDA, 2010).

Já Powell (2004), por entender a responsividade como um processo, afirma que sua compreensão é facilitada pela observação dos estágios e elos que compõem a cadeia de responsividade. Essa cadeia é composta por quatro estágios: (I) identificação das preferências dos cidadãos; (II) identificação do comportamento de votação dos

cidadãos; (III) seleção dos policymakers (resultados eleitorais, formação do governo) e (IV) identificação de políticas públicas elaboradas e implementadas (resultados da ação dos governantes). E ainda por três elos: (i) estruturação das escolhas dos cidadãos, que liga os estágios II e II; (ii) agregação institucional, que liga os estágios II e III e (iii) elaboração de políticas, que liga os estágios III e IV. Para Miguel (2005), a responsividade deve ser compreendida por meio da análise da similitude, fazendo referência à correspondência de características entre representantes e representados. Quanto maior a similitude entre eles, maior a responsividade.

E sobre os elementos secundários, conforme entendimento de Pitkin (1967), o representado é aquele que escolhe alguém para atuar em seu nome, o representante é aquele que recebe a função de atuar em nome de outrem, a ação política é o trabalho que o representante deve fazer e a substância da representação consiste no que é representado.

Por sua vez, o locus da representação refere-se ao espaço, ao local ou mesmo ao território em que ocorre a representação política como, por exemplo, um país, um estado, um município, os conselhos, as associações, os sindicatos, o legislativo, as câmaras municipais, as prefeituras etc. Já as relações entre representados, entre representantes e entre representantes e representados são observadas por meio das diferentes formas de participação, da atuação e do tipo de representação exercido, respectivamente (PITKIN, 1967).

E, por fim, entre os tipos de representação política, citam-se: representação formal, substantiva, descritiva e simbólica (PITKIN, 1967), representação promissória, antecipatória, giroscópica e substituta (MANSBRIDGE, 2003), representação de demandas (SAWARD, 2006), representação virtual ou presuntiva (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006), representação por afinidade (AVRITZER, 2007), representação discursiva (DRYZEK; NIEMEYER, 2008) e representação auto autorizada (URBINATI; WARREN, 2008). Podem ainda ser identificados subtipos considerando, principalmente, representação descritiva: subrepresentação (representação política que está aquém da média) e sobre representação (representação política que está além da média).

Os entendimentos expostos, sobre os elementos principais e secundários da representação política, serviram de base para identificar as categorias e subcategorias de análise, conforme Quadro 1, além de proporcionar compreensão sobre o tema e, conseqüentemente, possibilitar a adaptação ao contexto que se pretende investigar.

Acredita-se que partindo dos entendimentos e elementos identificados tem-se condições de compreender a representação política de APLs. Entretanto, é importante destacar que tal compreensão só será possível caso sejam identificadas, no contexto dos APLs, organizações institucionalmente reconhecidas pelo Estado como capazes para o exercício dessa representação. Assim, entende-se que esse tipo de análise pode se empreendida nos conselhos gestores de políticas públicas pertencentes a APLs que, conforme definição do Estado, tem a função de participar do processo de elaboração de políticas públicas.

Quadro 1 – Elementos principais e secundários da representação política

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Base Teórica</b>
Ação política		Pitkin (1967)
Locus da representação		Pitkin (1967), Silva (2013) e Souza (2004)
Representado e Representante		Gussi (2009) e Pitkin (1967)
Substância da representação		Gussi (2009) e Pitkin (1967)
Tipo de Representação	Descritiva	Pitkin (1967)
	Substantiva	Pitkin (1967)
	Por afinidade	Avritzer (2007)
	Virtual ou Presuntiva	Lavalle, Houtzager e Castello (2006)
	Auto autorizada	Luchman (2011) e Urbinati e Warren (2008)
Autorização	Associação (entrada como sócio)	Castiglione e Warren (2006)
	Auto autorização	Luchman (2011) e Urbinati e Warren (2008)
	Autorização do Estado	Brown (2006)
	Eleição	Brown (2006)
	Características dos membros	Castiglione e Warren (2006)
	Convergência com a missão	Castiglione e Warren (2006)
<i>Accountability</i>	Controle	Lavalle, Houtzager e Castello (2006) e Raupp e Pinho (2011)
	Participação	Raupp e Pinho (2011)
	<i>Answerability</i>	Callahan (2006)
	<i>Compliance</i>	Weisband e Ebrahim (2007)
	Comunicação	Miguel (2005)
	Publicidade	Dryzek e Niemeyer (2008)
	Transparência	Raupp e Pinho (2011)
	Prestação de Contas	Castiglione e Warren (2006) e Przeworski, Stokes e Manin (1999)
	Sanção	Przeworski, Stokes e Manin (1999)
Responsividade	Demanda dos representados	Achen (1978), Miguel (2005), Page e Shapiro (1983) e Powell (2004)
	Ações implementadas pelos representantes	
	Relação entre representantes e representados	

Fonte: Elaboração própria

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar a compreensão necessária quanto à representação política, optou-se pela Revisão Sistemática Integrativa (RSI), uma forma de revisão de literatura utilizada na construção de um referencial teórico (CONSONI, 2016; KITCHENHAM; CHARTERS, 2007). Para tanto, foram observadas as seguintes etapas: (i) identificar o objetivo da RSI; (ii) identificar questão de pesquisa da RSI; (iii) definir strings; (iv) definir bases de dados; (v) definir estratégias de busca; (vi) definir critérios de seleção; (vii) realizar a análise e apresentação dos resultados e (viii) apresentar as conclusões (CONSONI, 2016).

O objetivo dessa RSI foi identificar trabalhos que discutiam sobre representação política para responder à seguinte questão: Como compreender a representação política dos APLs? Para tanto, definiu-se que as buscas seriam realizadas a partir do string “Representação Política”, nas bases da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); ScientificElectronic Library Online (SCIELO); Scopus; ScientificPeriodicalsElectronic Library (SPELL); e Web of Science (WOS), nas quais empregou-se três estratégias de busca: a utilização de aspas (“ ”) para que o string aparecesse na forma composta correta; a seleção de artigos e teses e a não definição de período de tempo das publicações. Como critério de seleção a opção foi por trabalhos que tivessem como objetivo investigar a representação política e trabalhos freeaccess.

Na etapa de análise e apresentação dos resultados, realizou-se análise de conteúdo (BARDIN, 2009), com suporte do software RaMuTeq® (RATINAUD, 2009; RATINAUD; MARCHAND, 2012).

A confirmação da convergência dos trabalhos identificados com esse estudo e inclusão no corpus de análise foi realizada na fase de pré-análise, a partir da leitura dos resumos. Na codificação, optou-se por selecionar o resumo e referencial teórico dos trabalhos. Por fim, o tratamento dos resultados foi realizado, com apoio do software RaMuTeq®, por meio de análises estatísticas que identificam a quantidade de palavras, frequência média, hapax (palavras com frequência um), formas ativas e suplementares e ainda cria formas reduzidas de palavras com base em seu radical e da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que correlaciona os segmentos de texto e vocabulários, com base no Teste Qui-quadrado, para formar um sistema hierárquico de classes.

Utilizou-se a seguinte linha de comando monotemática: \*\*\*\* \*texto\_01 \*base\_01 \*ano\_01 \*area\_01 \*subarea\_01 \*periodico\_01 \*autor\_01. As variáveis selecionadas, \*texto\_ \*base\_ \*ano\_ \*area\_ \*subarea\_ \*periodico\_ \*autor\_, podem variar de 01 a 121, de 01 a 05, de 01 a 19, de 01 a 07, de 01 a 24, de 01 a 81 e de 01 a 101, de forma respectiva.

Para compreender a representação política fez-se uso de duas estratégias diferenciadas. Inicialmente procedeu-se a categorização e análise quantitativa de conteúdo dos textos, seção 4. E posteriormente a análise qualitativa de conteúdo dos textos selecionados com auxílio da análise quantitativa, seção 2, na qual estão expostos os entendimentos que possibilitaram a compreensão da representação política a partir de categorias e subcategorias de análise.

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

### Categorização

A categorização dos textos possibilitou organizá-los e construir o perfil dos estudos sobre representação política. Aqui, quando houver necessidade, optar-se-á por expor as informações sobre os cinco primeiros colocados em cada classificação.

Quando se considera a área de conhecimento, percebeu-se que grande parte dos estudos, (88) sobre representação política insere-se na área de Ciências Humanas, seguida por Ciências Sociais Aplicadas (13), Ciências da Saúde (3), Linguística, Letras e Artes (3) e Ciências Exatas e da Terra (1). As publicações por área de conhecimento podem ser detalhadas por meio das publicações identificadas nas subáreas. Percebeu-se que (i) Ciência Política, (ii) Interdisciplinar, (iii) Gênero, História e Sociologia, (iv) Ciências Sociais e (v) Multidisciplinar apresentaram 38, 30, 6, 5 e 4 publicações, respectivamente.

Sobre a origem das publicações, optou-se por considerar a base, o programa de pós-graduação (PPG), como origem das teses publicadas, e os periódicos, como dos artigos. Observou-se que as publicações por base se distribuem da seguinte forma: Scielo (52), WOS (31), SCOPUS (20), BDTD (16) e Spell (2). Contatou-se que dos 16 PPGs onde foram identificadas publicações destacam-se PPG Sociologia UFPE, PPG Ciências Sociais UFCG e PPG Direito USP com três publicações cada. E dentre os 105 periódicos, (i) Revista Brasileira de Ciências Sociais e Revista de Sociologia e Política, (ii) Lua Nova, (iii) Opinião Pública, (vi) Caderno CRH, Estudos Feministas e PublicChoice e (v) Katálysis, Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana, American Journal of Political Science, Dados – Revista de Ciências Sociais, Raisons Politiques, Revista Brasileira de Ciência Política e The Journal of Politics com oito, sete, cinco, três e duas publicações, respectivamente. Quanto os periódicos, ainda foi possível identificar seus países sede: Brasil (53), EUA (16), Colômbia (5), Espanha e Reino Unido (4) e França (3).

Nos estudos sobre representação política, percebeu-se a predominância dos estudos teóricos (57,85%) inseridos na abordagem qualitativa (81,82%). Na maioria desses estudos, não foram utilizados métodos para conduzir a investigação. Somente em quatro trabalhos identificou-se a opção por métodos como etnografia e a abordagem diacrônica em um trabalho. Quanto às técnicas, em 57,85% (70 trabalhos) realizou-se a pesquisa bibliográfica, sendo que nos demais utilizou-se entrevista (21), pesquisa documental (6), questionário (3), técnica de associação livre de palavras (TALP) (2) e survey (1).

As técnicas mais empregadas para a análise desses dados foram análise de conteúdo (12), análise de regressão (6), análise exploratória de dados (5), análise de conteúdo + análise exploratória de dados (3) e análise exploratória de dados + análise de regressão (2). Ainda se observou que nesses estudos há pouca utilização de softwares como suporte para a análise, pois foram utilizados somente cinco trabalhos que contaram com o apoio dos softwares AMOS 22.0, QualiQuantSoft, EVOC, Epi Info e Z-Tree.

Essa categorização possibilita apontar que os estudos sobre representação política (i) estão concentrados na base Scielo, na área de Ciências Humanas e subárea de Ciência Política (ii) são publicados em PPGs de Sociologia, Ciências Sociais, Direito e na Revista

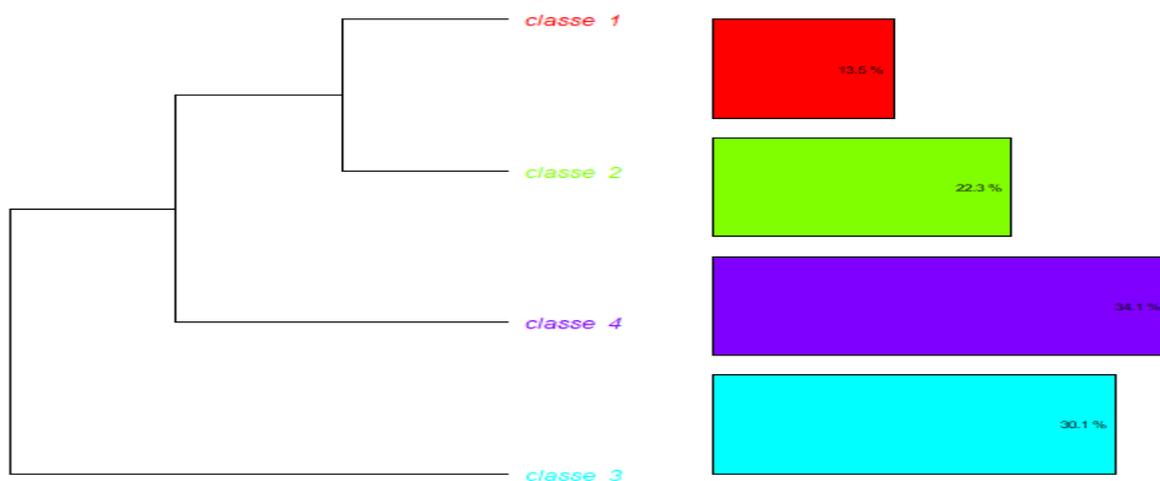
Brasileira de Ciências Sociais e Revista de Sociologia e Política e Lua Nova e (iii) são estudos teóricos e qualitativos realizados por meio de pesquisa bibliográfica, em sua maioria.

### **Análise quantitativa de conteúdo dos textos**

Por meio da análise quantitativa de conteúdo dos textos, com suporte do software IRaMuTeq®, averiguou-se que o corpus geral foi constituído por 121 textos, separados em 17.293 segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 15.798 STs (82,20%). Emergiram 613.211 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 30.031 palavras distintas e 13.047 com uma única ocorrência.

Com a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) observou-se que o conteúdo analisado foi categorizado em quatro classes: Classe 1, com 1.920 STs (13,51%), Classe 2, com 3.165 STs (22,27%), Classe 3, com 4.277 STs (30,09%), e Classe 4, com 4.853 STs (34,14%). Percebeu-se que as quatro classes são organizadas em três ramificações (A, B e C) do corpus analisado (FIGURA 1).

Figura 1 – Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente



Fonte: Dados da pesquisa organizados com suporte do software IRaMuTeq®.

No subcorpus A, composto pela Classe 3 (Representação Política Feminina), discute-se a magnitude eleitoral, candidatura feminina, cotas partidárias, paridade e tipos de partido. Já no subcorpus B, composto pela Classe 4 (Elementos da Representação Política), aborda-se sobre poder e representação, vontade e bem comum. E no subcorpus C, composto pelas Classes 1 (Representação Política na prática) e 2 (Compreendendo a Representação Política), trata-se sobre (i) a Representação Política na prática, a partir das diferentes formas de representação, mecanismos de controle dos representantes e espaços que possibilitam a interação entre diferentes atores e (ii)

a compreensão da Representação Política a partir de seu conceito e das diferentes áreas em que o tema é abordado, respectivamente.

Outra forma de demonstrar a organização das classes formadas é por meio do dendograma de palavras (FIGURA 2), elaborado com base no teste Qui-Quadrado, da Classificação Hierárquica Descendente. Nesse dendograma são expostas as palavras que mais se associam a cada classe. Ressalta-se que foram utilizadas somente as dez primeiras palavras para construção da figura.

Figura 2 – Dendograma de Palavras da Classificação Hierárquica Descendente



Fonte: Dados da pesquisa organizados com suporte do software IRaMuTeq®.

Na Classe 01, denominada “Representação Política na prática”, percebeu-se um esforço em discutir a representação política na prática a partir das diferentes formas de representação, mecanismos de controle dos representantes e espaços que possibilitam a interação entre diferentes atores. A influência da prática da representação política na elaboração de políticas públicas, também é enfatizada. Nessa classe, aborda-se sobre as experiências de representação política a partir dos fundamentos da autorização, accountability e responsividade.

Na Classe 2, intitulada “Compreendendo a Representação Política”, discute-se sobre a compreensão da representação política a partir de seu conceito e das diferentes áreas em que o tema é abordado. Percebe-se que as relações sociais são a base para a construção dos modelos teóricos de representação política. Trata-se de um conceito em construção. As diferentes formas de interpretar essa representação, e em contextos diferenciados, torna possível a identificação de novas interpretações, a exemplo do entendimento originado da visão mais relacional entre participação e

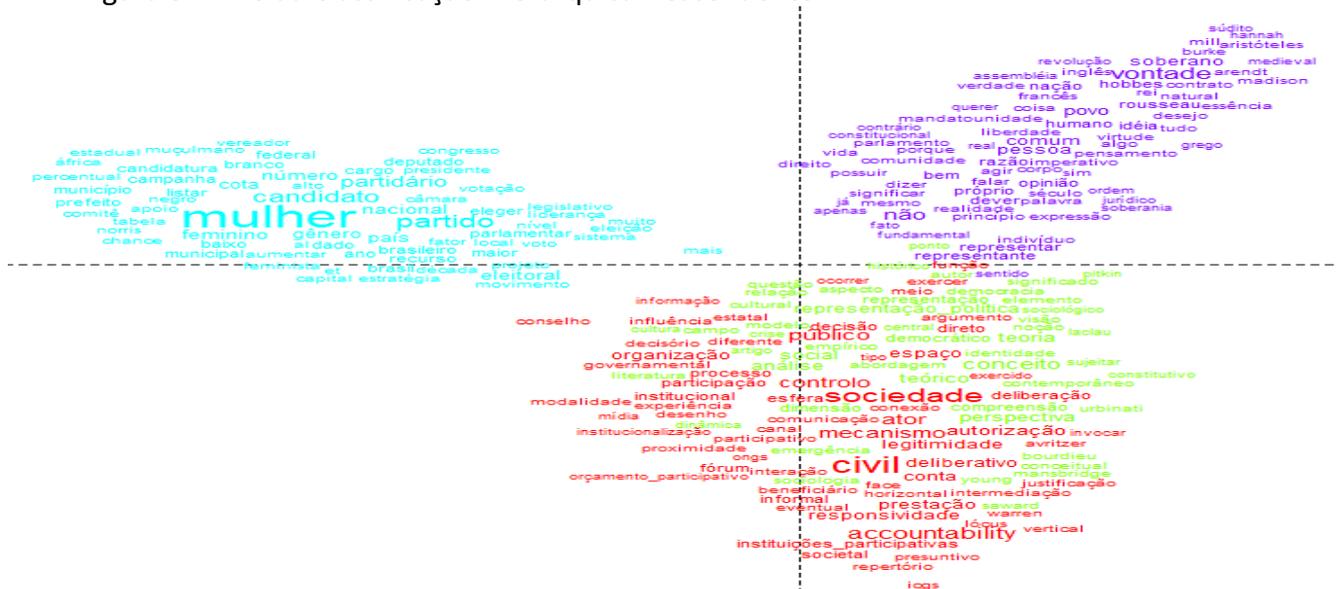
representação. Enfatiza-se que, diferente do modelo tradicional de representação política, na contemporaneidade, discutir tal relação é necessário.

Na Classe 3, nomeada Representação Política Feminina, aborda-se sobre esse tema a partir de questões relacionadas à magnitude eleitoral, à candidatura feminina, às cotas partidárias, à paridade e aos tipos de partido.

Na Classe 4, denominada “Elementos da Representação Política”, aborda-se sobre poder e representação, vontade e bem comum para compreender a composição e funcionamento dessa representação. No que tange ao poder e à representação, percebe-se a preocupação em diferenciar soberania nacional e soberania popular. A primeira refere-se a uma pré-existência da vontade da nação em relação à vontade dos representantes e representados.

Além do dendograma, as classes de vocábulos no corpus textual podem ser observadas a partir de sua representação gráfica possibilitada pela Análise Fatorial por Correspondência (AFC), uma alternativa de análise da Classificação Hierárquica Descendente (FIGURA 3).

Figura 3 – AFC da Classificação Hierárquica Descendente



Fonte: Dados da pesquisa organizados com suporte do software IRaMuTeq®

Com a AFC pode-se observar o posicionamento e complementariedade das classes. Percebe-se que todas as classes se apresentam em um segmento centralizado que se expande para pontos periféricos. Quanto às Classes 3 e 4, os outros quadrantes são ultrapassados por poucas palavras, o que possibilita visualizar uma expressiva separação entre essas classes. Já as Classes 1 e 2 são mais próximas e em lado oposto às Classes 3 e 4, o que confirma maior proximidade do conteúdo das primeiras. Nessas

classes, observa-se que os quadrantes são ultrapassados e que elas se misturam, demonstrando complementariedade dos temas abordados.

A análise do corpus, com suporte do software IRaMuTeq®, além de proporcionar compreensão sobre o tema representação política a partir de informações provenientes dos componentes da linha de comando, que possibilita identificar as variáveis sociodemográficas que mais se associam às classes e, portanto, oferecem melhores condições para compreendê-las, permitindo apontar os textos componente do referencial teórico, a partir do nível de associação da variável \*texto\_ com a classe.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse trabalho discutiu-se sobre a relação que o Estado tende a estabelecer com diferentes contextos, enfatizando-se uma forma específica de concentração de empresas, os APLs. Esse debate soma esforços aos estudos já empreendidos nos quais destacam-se as diferentes perspectivas para tratar das transformações da representação política tanto do ponto de vista das instituições tradicionais quanto das novas instituições e práticas dessa representação.

Para identificar a abordagem mais apropriada para o contexto dos APLs, foi necessário delimitar o contexto em que ocorre a representação. Entendeu-se que em um APL, assim como nas demais concentrações ou aglomerações de empresas, podem ser identificadas diferentes possibilidades de representação. No contexto brasileiro essa situação é reforçada, uma vez que além das empresas têm-se também a presença das entidades, aqui entendidas como as diferentes organizações que têm a função de apoiar as empresas no desenvolvimento de suas atividades.

Pôde-se apontar duas formas de representação: representação no APL, que se refere à representação dos grupos de atores denominada como representação corporativa, no sentido de representação de organizações ou corporações, que ocorre dentro do APL e a representação do APL, envolvendo todos os grupos de atores nele presentes, que ocorre no contexto externo ao APL conectando-o ao Estado, a partir do contato estabelecido com as diferentes organizações públicas. Como o foco foi a representação que ocorre no contexto externo ao APL, entendeu-se que a teoria da representação política possibilitaria tal compreensão.

Para compreender a representação política de APLs empreendeu-se uma RSI, com suporte do software IRaMuTeq®, que possibilitou a construção do referencial teórico e a identificação das categorias e subcategorias de análise. Essa técnica foi muito útil, uma vez que conferiu rigor a trabalho empreendido em função da adoção de um protocolo para a investigação. Da mesma forma, a utilização do referido software para a análise dos textos possibilitou sistematizar o estudo. Além dessas contribuições, é importante destacar que as escolhas metodológicas possibilitaram a identificação de textos com ricas discussões sobre a temática, o que proporcionou a compreensão necessária sobre o fenômeno em análise.

Com a realização desse estudo foi possível compreender as condições necessárias para a adoção da teoria da representação política, principalmente pelo entendimento

quanto tipo de ator que pode exercer o papel de representante político no contexto dos APLs. Nesse tipo de representação, há necessidade de existência de um ator autorizado pelo Estado. Assim, as discussões sobre representação política podem ser realizadas a partir de investigações sobre a atuação dos conselhos gestores de políticas públicas.

Com base nos estudos analisados, percebeu-se que os estudos sobre representação política(i) estão concentrados na base Scielo, na área de Ciências Humanas e subárea de Ciência Política (ii) são publicados em PPGs de Sociologia, Ciências Sociais, Direito e na Revista Brasileira de Ciências Sociais e Revista de Sociologia e Política e Lua Nova e (iii) são estudos teóricos e qualitativos realizados por meio de pesquisa bibliográfica, em sua maioria.

Logo, como possibilidade para estudos futuros sugere-se a elaboração de um instrumento de coleta de dados, qualitativo ou quantitativo, com base nas categorias e subcategorias de análise aqui propostas, para aplicação nos conselhos gestores de políticas públicas pertencentes a APLs.

## REFERÊNCIAS

ACHEN, C. H. 1978. "Measuring Representation". *American Journal of Political Science*, v. 22, n. 3, p. 475–510.

ALMEIDA, D. C. R. 2018. "Representação Política: a virada construtivista e o paradoxo entre criação e autonomia". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 97, p. 1–20.

ALMEIDA, D. C. R. 2013. "A relação contingente entre representação e legitimidade democrática sob a perspectiva da sociedade civil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 82, p. 45–67.

ALMEIDA, D. C. R. 2014. "Pluralização da representação política e legitimidade democrática: lições das instituições participativas no Brasil". *Opinião Pública*, v. 20, n. 1, p. 96–117.

ALMEIDA, R. F.; ALBINO, A. A. 2011. "Percepção dos empresários sobre governança e desenvolvimento dos APLs de móveis e de confecções de Ubá-MG e região". *Encontro De Estudos Em Estratégia*, v. 6, s/n, p. 1-17.

ALVES, L. D. C.; MARCH, J. J.; PATIAS, T. Z.; LISZBINSKI, B. B. 2012. Governança em arranjos produtivos locais: um estudo sobre o APL do leite de Sant'ana do Livramento. Paper apresentado no XXXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Bento Gonçalves, RS, 15 a 18 de outubro.

AVRITZER, L. 2007. "Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 50, s/n, p. 443–464.

AYDALOT, P. 1986. *Milieux Innovateurs en Europa*. Paris: GREMI.

AZEVEDO FILHO, E. T.; RIBEIRO, A. C. 2011. “A governança em aglomerações produtivas: uma análise sobre o setor cerâmico de Campos dos Goytacazes”. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 7, n. 1, p. 96–129.

BARDIN, L. 2009. Análise de conteúdo. Lisboa, Portugal: Edições 70.

BATISTI, V. S.; TATSCH, A. L. 2012. “O arranjo produtivo local (APL) gaúcho de gemas e joias: estruturas produtiva e comercial, arranjos institucional e educacional e relações interorganizacionais”. Ensaios FEE, v. 33, n. 2, p. 513–538.

BECATTINI, G. O. 1994. “Distrito Marshalliano: Uma noção socioeconômica”. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A (org.). As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da Geografia Econômica. Oeiras-Portugal: Celta Editora, p. 45–58.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. 2004. Portaria Interministerial nº 200, de 02 de agosto de 2004. Institui o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL. Disponível em: <[http://portalapl.ibict.br/biblioteca/Portaria\\_Interministerial\\_numero\\_200\\_2004\\_MDI\\_C.html](http://portalapl.ibict.br/biblioteca/Portaria_Interministerial_numero_200_2004_MDI_C.html)>. Acesso em: 20 out. 2017.

BROWN, M. B. 2006. “Survey article: citizen panels and the conception of representation”. The Journal of Political Philosophy, v. 14, n. 2, p. 203–225.

CALLAHAN, K. 2006. Elements of effective governance: measurement, accountability and participation. New Jersey: Taylor & Francis.

CAMPOS, A. C.; TRINTIN, J. G.; VIDIGAL, V. G. 2009. “Estrutura de governança: o caso do arranjo produtivo local (APL) do setor de confecção de Maringá (PR)”. Textos de Economia, v. 12, n. 1, p. 134–155.

CASTIGLIONE, D.; WARREN, M. E. 2006. Rethinking democratic representation: eight theoretical issues. 2006, Vancouver: University of British Columbia, p. 1–20.

CASTRO, M.; GONÇALVES, S. A. 2014. “Contexto institucional de referência e governança de redes: estudo em arranjos produtivos locais do estado do Paraná”. Revista da Administração Contemporânea, v. 48, n. 5, p. 1281–1304.

CONSONI, D. P. G. 2016. Competências Empreendedoras: estudo de caso em uma organização de ensino intensiva em conhecimento. 2016. 256 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

DALLABRIDA, V. R. 2015. “Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática”. Análise Social, v. 50, n. 215, p. 304–328.

DRYZEK, J. S.; NIEMEYER, S. 2008. “Discursive representation”. American Political Science Review, v. 102, n. 4, p. 481–493.

FILGUEIRAS, F. 2011. "Além da transparência: accountability e política da publicidade". Lua Nova, v. 84, p. 353–364.

HOBBS, T. 1983. *Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*, 1651. Tradução João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural. (Col. Os Pensadores).

KITCHENHAM, B.; CHARTERS, S. 2007. Guidelines for performing systematic Literature reviews in software engineering. Tech. Rep. EBSE-2007-01. Keele University.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. 2003. "Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais". Disponível em: <[www.redesist.ie.ufrj.br](http://www.redesist.ie.ufrj.br)>. Acesso em: 24 mai. 2013.

LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P. P.; CASTELLO, G. 2006. "Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, p. 45–67.

LÜCHMANN, L. H. H. 2007. "A representação no interior das experiências de participação". *Lua Nova*, v. 70, p. 139–170.

LÜCHMANN, L. H. H. 2011. "Associações, participação e representação: combinações e tensões". *Lua Nova*, v. 84, p. 353–363.

MANIN, B. 1997. *The principles of representative government*. New York: Cambridge University Press.

MANSBRIDGE, J. 2003. "Rethinking Representation". *The American Political Science Review*, v. 97, n. 4, p. 515–528.

MARSHALL, A. 1982. *Princípios de economia*. São Paulo: Abril Cultural.

MIGUEL, L. F. 2005. "Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política". *Revista de Sociologia Política*, v. 25, s/n, p. 25–38.

MIGUEL, L. F. 2011. "Representação democrática: autonomia e interesse ou identidade e advocacy". *Lua Nova*, v. 84, p. 353–364.

MIGUEL, L. F. 2003. "Representação política em 3-D Elementos para uma teoria ampliada da representação política". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 123–193.

O'DONNELL, G. 1998. "Accountability horizontal e novas poliarquias". *Lua Nova*, v. 44, n. 98, p. 27–56.

O'DONNELL, G. 1991. "Democracia delegativa?" *Novos Estudos*, v. 31, p. 25–40.

OTERO-FELIPE, P.; RODRIGUEZ-ZEPEDA, J. A. 2010. *Measuring representation in Latin America: a study of the ideological congruence between parties and Voters*. Paper

apresentado no CIV Annual Meeting of the American Political Science Association, Washington DC, 2 a 5 de setembro.

PAGE, B. I.; SHAPIRO, R. Y. 1983. "Effects of public opinion on policy". *The American Political Science Review*, v. 77, n. 1, p. 175–190.

PITKIN, H. F. 1967. *The concept of representation*. Califórnia: University of California Press.

PORTER, M. E. 1988. "Clusters and the new economics of competition". *Harvard Business Review*, v. 76, n. 6, p. 77–90.

POWELL, G. B. 2004. "The chain of responsiveness". *Journal of Democracy*, v. 15, n. 4, p. 91–105.

PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C.; MANIN, B. 1999. *Democracy, accountability, and representation*. New York: Cambridge University Press.

RATINAUD, P. 2009. "IRaMuTeq: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires [Computer software]". Disponível em: <<http://www.iramuteq.org>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

RATINAUD, P.; MARCHAND, P. 2012. "Application de la méthode ALCESTE aux « gros » corpus et stabilité des « mondes lexicaux »: analyse du « CableGate » avec IRaMuTeq". *Actes des 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles*, p. 835–844.

RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. 2011. "Construindo a accountability em portais eletrônicos de câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina". *Cadernos EBAPE.BR*, v. 9, n. 1, p. 117–139.

ROSANVALLON, P. 2009. *La legitimidad democrática: imparcialidad, reflexividad, proximidad*. Buenos Aires: Ediciones Manantial.

SACOMANO NETO, M.; PAULILLO, L. F. DE O. E. 2012. "Estruturas de governança em arranjos produtivos locais: um estudo comparativo nos arranjos calçadistas e sucroalcooleiro no estado de São Paulo". *Revista de Administração Pública*, v. 46, n. 4, p. 1131–1156.

SANTOS, A. E.A.; CÂNDIDO, G. 2013. A. Estruturas de governança em arranjos produtivos locais: uma aplicação no arranjo calçadista no município de Campina Grande-PB. Paper apresentado no XXXVII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, RJ, 7 a 11 de setembro.

SAWARD, M. 2009. "Authorization and authenticity: representation and the unelected". *The Journal of Political Philosophy*, v. 17, n. 1, p. 1–22.

SAWARD, M. 2006. "The Representative Claim". *Contemporary Political Theory*, v. 5, n. 3, p. 297–318.

SCHMITZ, H. 1997. “Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte”. *Ensaios FEE*, v. 18, n. 2, p. 164–200.

SILVA, E. M. 2013. *As ressignificações da representação e da legitimidade política: um estudo sobre representantes no CEDCA-MG*. 2013. 1-276 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

SOUZA, S. M. 2004. *A representação política e a prática do orçamento participativo: uma análise psicossociológica*. 2004. 285 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE.

SUZIGAN, W. et al. 2003. *Sistemas Locais de Produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas*. 2003, Porto Seguro, BA: 33, p. 1–20.

TEIXEIRA, F. 2008. “Políticas públicas para o desenvolvimento regional e local: o que podemos aprender com os arranjos produtivos locais (APLs)?” *Organização & Sociedade*, v. 15, n. 46, p. 57–75.

TEIXEIRA, L. R. 2016. *Legislativos municipais: tensões entre representação e participação*. 2016. 237 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP.

URBINATI, N. 2006. “O que torna a representação democrática?” *Lua Nova*, v. 67, n. 7, p. 191–228.

URBINATI, N.; WARREN, M. E. 2008. “The concept of representation in contemporary democratic theory”. *Annual Review of Political Science*, v. 11, p. 387–412.

VILLELA, L. E.; PINTO, M. C. S. 2009. “Governança e gestão social em redes empresariais: análise de três arranjos produtivos locais (APLs) de confecções no estado do Rio de Janeiro”. *Revista da Administração Pública*, v. 43, n. 5, p. 1067–1089.

WEISBAND, E.; EBRAHIM, A. 2007. *Introduction: Forging Global Accountabilities. Global Accountabilities: Participation, Pluralism and Public Ethics*. Cambridge: Cambridge University Press.

YOUNG, I. M. 2000. “Representação política, identidade e minorias”. *Lua Nova*, v. 67, n. 7, p. 139–190.